



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL
TERMO DE REFERÊNCIA

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021):

1.1 Constitui objeto da presente licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA A CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COSTA MARQUES-RO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo.

1.1 Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Educação – SEMEC
Responsável: Rosangela Jacintho de Lima

2 A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

2.1 Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

3 DAS ESPECIFICAÇÕES:

3.1 As especificações e o quantitativo dos materiais constam a seguir. Segue a tabela com os itens a serem licitados:

3.2 Segue abaixo tabela especificando a descrição, unidade e quantidade considerando as características e quantidades previamente definidas conforme Documento de Formalização da Demanda (DFD – ID: 1.34F.76F):

4	Discriminação	Und	Quantidade
1.	Elástico chato (tradicional), Largura: 2 cm, rolo com 100 metros	ROLO	75
2	Elástico chato (tradicional), Largura: 5 cm, rolo com 100 metros	ROLO	75
3	Fio de overlock- linha usado em máquinas overlock, que fazem costuras de acabamento nas bordas do tecido, geralmente vendido em cones grandes (3.000) cor Azul Mediterrâneo.	UND	100
4	Fio de overlock- linha usado em máquinas overlock, que fazem costuras de acabamento nas bordas do tecido, geralmente vendido em cones grandes (3.000) cor Preta	UND	50
5	Linha para costura reta - linha é mais grossa e resistente, vendida em carretéis menores (500 metros) ou cones médios, cor Azul Mediterrâneo.	UND	100
6	Linha para costura reta - linha é mais grossa e resistente, vendida em carretéis menores (500 metros) ou cones médios, cor	UND	50

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

	Preta		
7	Rolo de Tecido Malha PV (poliéster + viscose) na cor Azul Mediterrâneo. Rolo contendo 50 metros	ROLO	100
8	Rolo de Tecido Malha PV (poliéster + viscose) na cor Preta. Rolo contendo 50 metros	ROLO	20
9	Rolo de Tecido Ribana (tipo de malha canelada, elástica e resistente, muito usada em punhos, golas e barras de roupas) na cor Azul Mediterrâneo. Rolo contendo 50 metros	ROLO	05
10	Tecido Helanca (malha sintética versátil, elástica e confortável, muito usada em roupas esportivas, moda praia e uniformes) na cor preta	ROLO	200
11	Zíper em caixa (também chamado de zíper de encaixe). Comprimento: 50 cm. Funcionamento: Possui duas partes que se encaixam na base, permitindo abertura total.	UND	2.100

4.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 516.729,40 (quinhentos e dezesseis mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada no setor responsável, metodologia descrita no processo, conforme valores apurados e detalhados no Estudo Técnico Preliminar;

4.2 Os preços estimados, tanto unitários como global, correspondem aos máximos que esta prefeitura se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores sendo desclassificadas;

4.3 O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21;

4.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

4 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

4.1 O prazo de vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente e o interesse da Administração.

5 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

5.1 A aquisição de tecidos e aviamentos ora solicitados é de fundamental importância para a confecção de uniformes escolares destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Costa Marques. Os uniformes contribuem para a padronização visual, identificação dos estudantes e fortalecimento do sentimento de pertencimento ao ambiente escolar, além de promoverem equidade no acesso a vestimentas adequadas para participação nas atividades educacionais;

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

5.2 Benefícios da utilização de uniformes:

- **Identidade e pertencimento:** O uniforme fortalece o vínculo do aluno com a escola e contribui para o sentimento de comunidade.
- **Segurança:** Facilita a identificação dos estudantes em ambientes escolares e em atividades externas, aumentando o controle e a proteção.
- **Igualdade social:** Reduz diferenças visíveis entre alunos de diferentes condições socioeconômicas, promovendo inclusão e equidade.
- **Economia para famílias:** Diminui a necessidade de roupas específicas para o dia a dia escolar, gerando economia doméstica.

5.3 Diante do exposto, conclui-se que a aquisição de tecidos e aviamentos para a confecção de uniformes escolares mostra-se necessária e plenamente justificada, uma vez que atende às demandas da Rede Municipal de Ensino de Costa Marques, contribuindo para a padronização, segurança e identificação dos alunos, bem como para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao ambiente escolar. Ademais, a utilização de uniformes promove a igualdade social entre os estudantes e gera economia para as famílias, reforçando o caráter social e educacional da contratação, alinhando-se aos princípios da administração pública e ao interesse público.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1 A solução proposta é a realização de um processo de licitação aberto para fornecedores de tecidos e aviamentos para a confecção de uniformes escolares destinados aos alunos da rede municipal de ensino de Costa Marques-RO, seguindo as regras e regulamentos estabelecidos pela documentação que regem o processo.

6.2 O critério de julgamento adotado para o presente certame será o **menor preço unitário por item**, em conformidade com o disposto no **item 8** e seus subitens do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

7.1 Sustentabilidade:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

7.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;
- II. Os materiais utilizados deve ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- III. Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens de material reciclado, biodegradável, atóxico, sempre que possível.

7.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

7.3 O produto deverá atender as seguintes características:

7.3.1 Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela acima, que deverá ser minuciosamente observados pelo fornecedor.

7.3.2 Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela acima, que deverá ser minuciosamente observados pelo fornecedor.

7.3.3 A marca e validade dos produtos entregues deverão estar indicadas em sua embalagem.

7.3.4 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4 A fiscalização ficara a cargo de servidores pertencentes aos quadros dos órgãos contratantes designados para esse fim, lotados nas unidades em que serão entregues os materiais.

7.5 A falta dos materiais, cujo fornecimento incumbe a detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste.

7.6 Em hipótese alguma serão aceitos materiais em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

7.7 O produto deverá ser entregue em embalagem íntegra, sendo que não será(ão) recebido(s) produto(s) em embalagem(ns) violada(s) (furadas, rasgadas, abertas, amassadas).

7.8 Os materiais devem estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, ABNT, INMETRO e ANVISA.

7.9 O prazo de garantia para os itens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), de 30 dias para bens não duráveis.

8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

8.3 Após a sessão pública, será avaliado o item fornecido, a habilitação da empresa e gerada a Nota de Empenho conforme proposta enviada.

8.4 A entrega se dará de forma parcelada, conforme necessidade da secretaria.

8.5 O prazo de entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias corridos contadas do envio da nota de empenho ou documento equivalente.

8.6 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.7 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central, Sede da Prefeitura Municipal, Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000.

8.8 O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vi indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

8.9 A empresa vencedora deverá estar em plenas condições de atendimento após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), por meio de ofício e-mail.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

- 8.10** A empresa devesa providenciar a substituição do material que apresentar avaria sem nenhuma despesa para a Administração, em até 48 horas;
- 8.11** O pedido de fornecimento (nota de empenho ou pedido de compra) poderá ser encaminhado para empresa por meio de e-mail.
- 8.12** O transporte e a entrega, incluindo carga e descarga, são de responsabilidade da CONTRATADA, e deverão ocorrer dentro dos padrões e recomendações técnicas.
- 8.13** Todas as despesas relativas à execução dos serviços correrão por conta exclusivas da Contratada. Estarão inclusos nesta contratação todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto ora contratado.
- 9 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei 14.133/21):**
- 9.3** A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 9.4** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 9.5** Execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput)
- 9.6** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 9.7** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 9.8** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.10 Somente o contratado será responsável pelos encargos a trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.11 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.14 FISCALIZAÇÃO:

9.14.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do(s) futuro(s) Contrato(s), decorrentes da licitação, será realizada pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) Fiscal(is) de Contrato pela Unidade Requisitante da contratado, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21.

9.14.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

9.15 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecera a seguinte rotina:

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

9.15.1 Verificação da compatibilidade do produto entregue com o especificado na proposta e neste termo, quantidades, qualidade e condições.

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021):

10.3 Com base nas análises realizadas no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, a seleção do fornecedor ocorrerá por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, adotando-se como **critério de julgamento o menor preço unitário por item**, com fundamento no art. 28, inc. I, da Lei nº 14.133/2021s.

10.4 Previamente a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União [Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\) — Instituto Nacional de Tecnologia da Informação](#);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União [Consulta de Sanções | Portal da Transparência do Governo Federal](#);

10.5 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio dos documentos por ele inseridos na plataforma eletrônica Licitanet.

10.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

10.9 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no Edital.

10.9.1 O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial a luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Habilitação Técnica;
- c) Fiscal, Social e Trabalhista; e
- d) Qualificação econômico-financeira.

10.10 Não poderão participar do certame as empresas enquadradas nas vedações previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021;

10.11 Qualificação Técnica:

10.11.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.11.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.11.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11 CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

11.3 O RECEBIMENTO PROVISÓRIO será mediante o registro de recebimento do material pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

11.4 O RECEBIMENTO DEFINITIVO será mediante recibo, em até 5 (cinco) dias úteis após recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

11.5 Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.6 O Recebimento Definitivo do material não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente;

11.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

11.7.1 A CONTRATADA se responsabilizará por buscar e entregar os materiais para substituição. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia/validade originalmente dados aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações do Fornecedor:

12.3 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.4 Os produtos deverão apresentar a qualidade exigida de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/1990);

12.5 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

12.6 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios da Prefeitura de Costa Marques qualidade dos serviços a serem prestados;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

- 12.7** O material que for entregue em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou na proposta da empresa vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, devendo ser substituídos em até 5 dias;
- 12.8** Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos materiais, incluindo o transporte e o frete.
- 12.9** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 12.10** Substituir todo e qualquer material fornecido com defeito ou fora do acordado;
- 12.11** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 12.12** Comunicar, imediatamente por escrito, a Prefeitura Municipal de Costa Marques qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, independentemente de solicitação por parte da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis;
- 12.13** Comunicar a Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.14** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 12.15** Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;
- 12.16** Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

CONTRATADA, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

- 12.17** Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021;
- 12.18** Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel, bem como endereço eletrônico que possibilitem contato imediato entre contratada e contratante;
- 12.19** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 13.3** Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;
- 13.4** Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade durante a execução contratual e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.
- 13.5** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de referência e seus anexos;
- 13.6** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 13.7** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 13.8** Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar a contratada;
- 13.9** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

- 13.10** Efetuar o pagamento a Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência e seus anexos;
- 13.11** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente certame, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 13.12** Solicitar a troca do(s) produto(s) a serem devolvido(s) mediante comunicação a ser feita pelo Fiscal do Contrato;
- 13.13** Realizar os pagamentos devidos nas datas aprazadas.

14 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

Da liquidação:

- 14.3** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias Úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 14.4** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 14.5** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 14.6** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Do pagamento:

- 14.7** Sem prejuízo de outros procedimentos que possam ser estabelecidos, será aplicado como critério de medição a entrega do produto, devidamente atestada pelo fiscal, nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- 14.8** Os pagamentos devidos à empresa a ser contratada serão efetuados contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura;
- 14.9** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contratado;
- 14.10** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do edital e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;
- 14.11** O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 (trinta) dias a contar da liquidação da despesa;
- 14.12** O pagamento será creditado em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária conta no banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas;
- 14.13** A Prefeitura Municipal fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega dos produtos ora contratados a empresa não estiver cumprindo as exigências do Termo de Referência, Carta Contrato ou edital;
- 14.14** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 14.15** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias Uteis, regularize

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

14.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.17 Persistindo irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

14.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

14.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

14.20 A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, com possibilidade de prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

15.4 A multa prevista será a seguinte: - A sanção não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

15.4.1 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.5 O impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.6 A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 42 do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.7 Outras sanções ocorrerão conforme Edital e Legislação aplicável.

16 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.3 O recurso para pagamento das despesas provenientes ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária constante no quadro de dotações vigente da Prefeitura Municipal de Costa Marques.

Programa de Trabalho: 12.3610009.2013
Manutenção das Atividades: SEMED
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Ficha: 56

Programa de Trabalho: 12.3610009.2105
Manutenção das Atividades: Ensino Fundamental 25%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Ficha: 66

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.3 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

17.4 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Costa Marques/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.5 O Presente termo foi elaborado com base nas informações prestadas pela secretaria demandante.

18 ELABORADO POR:

JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA

Equipe de Planejamento da Contratação

DEC. Nº 508/GAB/2025

19 APROVAÇÃO E ASSINATURA:

ROSANGELA JACINTHO DE LIMA

Secretária Municipal de Educação

DEC. Nº 013/GAB/2025



Costa Marques/RO, 30 de março de 2026





PREFEITURA DE COSTA MARQUES - RO

AV. CHIANCA, 1.381 - CENTRO - COSTA MARQUES / RO - CEP: 76.937-000

CNPJ: 04.100.020/0001-95

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ROSANGELA JACINTHO DE LIMA**, CPF: 457.15*. **2-*5 em **30/03/2026 12:37:53**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12R0.4Z37.152Z.H63E.8722**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73*. **2-*0 em **30/03/2026 11:11:26**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11K5.6Z11.025H.762X.8483**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.4BF.782** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73*. **2-*0 , em **30/03/2026 - 11:11:26**

Código de Autenticidade deste Documento: 11X1.4311.4251.K03V.5264

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.costamarques.ro.gov.br/verdocumento>

